

A Base de Dados do Choro Patrimônio como ferramenta de salvaguarda

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: ST 12 - Choro Patrimônio Cultural do Brasil: desafios e estratégias

Eduarda Gabriela Agrello Avila
Universidade Federal de Pelotas
agrello15@gmail.com

Resumo. O registro do Choro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2024, marca uma etapa significativa para as políticas públicas de salvaguarda voltadas para a gestão dos bens imateriais, destacando a participação ativa dos detentores culturais. Este trabalho reflete sobre o papel da Base de Dados do Choro Patrimônio no contexto pós registro, a partir da experiência da autora como bolsista no projeto de pesquisa desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa fundamenta-se em referenciais das áreas de Patrimônio, Museologia e Gestão de Acervos, adotando uma metodologia interdisciplinar e colaborativa. As ações do projeto incluem o mapeamento de acervos, associações e práticas culturais, a reformulação do site, a produção de materiais de divulgação, capacitações e fruição do Choro. Com o resultado, observa-se que a base atua como ferramenta estratégica de salvaguarda ao promover a documentação colaborativa, democratização da informação e o fortalecimento das redes de comunicação entre detentores, pesquisadores e instituições. Contudo, o trabalho aponta desafios, como a escassez de colaboradores de áreas técnicas, o que limita o aprimoramento do projeto. Conclui-se que a base não apenas registra informações, mas também promove as práticas culturais, funcionando como um arquivo vivo que integra a gestão de acervos imateriais às políticas públicas de preservação.

Palavras-chave. Choro, Patrimônio Cultural Imaterial, Plano de Salvaguarda, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

The Choro Patrimônio Database as a Safeguarding Tool

Abstract. The recognition of Choro as Intangible Cultural Heritage of Brazil by the National Institute of Historic and Artistic Heritage, in 2024 marks, a significant milestone for public safeguarding policies aimed at the management of intangible assets, highlighting the active participation of cultural bearers. This paper reflects on the role of the Choro Patrimônio Database in the post-registration context, based on the author's experience as a research fellow in a project developed by the Federal University of Pelotas. The research is grounded in theoretical frameworks from the fields of Heritage, Museology, and Collection Management, adopting an interdisciplinary and collaborative methodology. Project actions include the mapping of collections, associations, and cultural practices, the



redesign of the website, the production of outreach materials, training sessions, and the appreciation of Choro. As a result, the database has proven to be a strategic safeguarding tool by promoting collaborative documentation, the democratization of information, and the strengthening of communication networks among cultural bearers, researchers, and institutions. However, the study also highlights challenges, such as the lack of technical collaborators, which limits further development of the project. It is concluded that the database not only records information but also promotes cultural practices, functioning as a living archive that integrates the management of intangible collections with public preservation policies.

Keywords. Choro, Intangible Cultural Heritage, Safeguarding Plan, National Institute of Historic and Artistic Heritage.

Introdução

O registro do Choro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, formalizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2024, representa um marco fundamental na forma com que o patrimônio imaterial do Choro é gestado. Visa a valorização das formas de participação e integração dos detentores no processo, e reforçando o engajamento de políticas públicas voltadas para a salvaguarda de bens culturais imateriais. O Choro carrega com si a diversidade de práticas, saberes, territórios e afetividades que atravessam gerações e regiões do país. Com isso, é perceptível que não se trata apenas de um gênero musical e sim, um patrimônio vivo que além de uma forma de expressão musical que foi fundamental para o desenvolvimento da música popular brasileira, também é um conjunto de práticas culturais que possibilitam conexões sociais.

O reconhecimento institucional não apenas deu visibilidade a esses aspectos, como também impulsionou iniciativas concretas voltadas para a comunicação e discussão sobre o plano de salvaguarda do Choro com os próprios detentores culturais, no caso os chorões, e comunidades em que está inserido. É importante ressaltar que, o processo técnico de instrução para o registro do Choro como patrimônio cultural imaterial tem seu início no ano de 2020, e acabou sendo marcado pela mediação através dos ambientes virtuais durante o cenário da pandemia de coronavírus SARS-CoV-2, resultando em encontros remotos. Foi estabelecido pelo grupo de pesquisa uma metodologia colaborativa, estruturada em eixos como o mapeamento de associações e clubes de Choro, acervos, rodas e locais de performance e ações de ensino. Esse processo foi desenvolvido por uma equipe de trabalho multidisciplinar, composta por pesquisadores, representantes e colaboradores de todas as regiões (ACERVOS



VIRTUAIS UFPEL, 2025). Com isso, o principal resultado foi a criação e implementação da Base de Dados do Choro, que consiste em um repositório virtual que registra o mapeamento das atividades e acervos relacionados ao gênero. Além do Inventário Nacional do Choro, que reúne esses materiais coletados na pesquisa de campo, a base inclui bibliografias e discografias que vêm sendo atualizadas com o intuito de servir como subsídio para o trabalho de pesquisadores interessados no tema.

Nesse contexto, destaca-se a atuação do grupo de pesquisa intitulado “Grupo de Pesquisa Choro Patrimônio Cultural”¹ e o projeto “Criação, implementação, manutenção e atualização do banco de dados sobre o choro como patrimônio imaterial do Brasil”, ambos desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), vinculados ao Laboratório de Etnomusicologia e coordenados pelo Professor Rafael Henrique Soares Velloso, que também atua no Programa de Pós-Graduação em Artes. O objetivo das duas iniciativas institucionais estão voltadas para a reflexão sobre o registro do Choro e a promoção da continuidade de suas ações em conjunto com pesquisadores, detentores culturais e interessados em construir uma rede ampla de valorização da memória e do patrimônio em si. Essas ações estão diretamente relacionadas com implementação da Base de Dados e seu impacto nas discussões sobre a proposta do plano de salvaguarda, sendo assim, a temática principal a ser desenvolvida no presente trabalho.

A partir da experiência da autora como bolsista do projeto, este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre a atuação e ressignificação da Base de Dados, através da ótica voltada para áreas do patrimônio e gestão de acervos, focando na salvaguarda de bens imateriais. Busca-se, especificamente, descrever as ações realizadas no projeto, discutindo quais são as devolutivas, dificuldades e acertos até o momento.

Contextualização e conceitos importantes

Primeiramente, é de extrema importância compreender alguns conceitos que dialogam com a noção do que é o patrimônio cultural imaterial, educação patrimonial e gestão de acervo.

¹ Atualmente o grupo de pesquisa é composto por 16 integrantes de variadas regiões e níveis de escolaridade, vinculado à Universidade Federal de Pelotas em parceria com Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a Escola de Música da Universidade Estadual de Minas Gerais.



Além de pautar essa segunda etapa que o Choro se encontra após o registro pelo Iphan, que é a construção do plano de salvaguarda.

Podemos começar introduzindo sobre o que define o patrimônio cultural imaterial de maneira geral. Segundo o próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o patrimônio imaterial está relacionado aos saberes, práticas, modos de fazer, celebrações, expressões orais e artísticas, além de espaços que promovem manifestações culturais tradicionais e contemporâneas de um determinado grupo social ou comunidade (IPHAN, 2025). Ou seja, ao contrário do patrimônio material, composto por objetos físicos e edificações, o bem cultural imaterial se caracteriza a partir dos processos e relações sociais que mantêm viva as tradições. É repassado de geração em geração, sendo reinventado constantemente pelas comunidades em seus variados contextos, levando em consideração a interação com sua natureza e história, propiciando o sentimento de pertencimento e identidade.

Indo ao encontro com o conceito de patrimônio imaterial, podemos adentrar na questão de qual o papel do Iphan nesse momento pós registro em que o Choro se encontra. A Carta de Fortaleza (1997), elaborada durante o seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, foi um marco para o reconhecimento das demandas voltadas para o bem imaterial, onde foram propostas diretrizes relacionadas à salvaguarda desse patrimônio, além de recomendar a criação de legislação específica e a estruturação de instâncias institucionais voltadas para a temática no âmbito do Iphan e do Ministério da Cultura (MINC). Em contexto nacional, o registro desses bens imateriais deve ser realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, considerando o procedimento descrito no Decreto nº 3.551/2000 e na resolução nº 001/2006. Conforme previsto no §1º do artigo 1º do decreto, os bens deverão ser registrados em um dos quatro Livros de Registro, sendo eles: Saberes; Celebrações; Formas de Expressão e Lugares (TELLES, 2007). Cada Livro de Registro possui especificidades que orientam a tipologia dos bens, permitindo avaliar como realizar a salvaguarda a partir das demandas e características culturais/sociais. O registro do Choro foi realizado no Livro de Formas de Expressão no ano de 2024.

Após anos de mobilização e esforços, por parte, especialmente, do Clube de Choro de Brasília e a Casa do Choro do Rio de Janeiro, músicos e pesquisadores, o reconhecimento institucional e oficial como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro aconteceu, porém, deve-se ressaltar que a “caminhada” não terminou. Apesar de compreender a importância do registro,



não podemos vê-lo como um ponto final, pois o momento posterior não se refere apenas à titulação. No caso do Choro, o caráter colaborativo por parte dos próprios detentores culturais é bastante presente, o que promove e contribui constantemente o diálogo e envolvimento nas discussões e tomadas de decisão em relação ao patrimônio. Telles (2007), questiona o registro como uma das formas de proteção do patrimônio imaterial pautado na legislação existente. O autor também traz o seguinte apontamento:

Através de uma análise do próprio §1º do art. 216 da Lei Maior, infere-se, à primeira vista, que o registro é uma forma exemplificativa de proteção ou até mesmo de acautelamento e preservação do patrimônio cultural imaterial. Contudo, ao se fazer uma análise minuciosa desse instituto, verifica-se que o Decreto que o regulamentou não transformou o registro em um instrumento de proteção conforme está disposto na Lei das Leis, mas tão somente em uma ferramenta de identificação, guardando poder bastante limitado para se proteger o patrimônio cultural imaterial. Na verdade, o registro, em si, não é satisfativo, ou seja, necessita de outros instrumentos de salvaguarda para proteger o patrimônio cultural imaterial eficazmente. Isso é ocasionado, principalmente, pela inexistência no Decreto de restrições à propriedade intelectual, principalmente ao registro de saberes, que seria o modo mais contundente de proteção, tal como ocorre com o tombamento. (Telles, 2007, p.52)

Como destaca o autor, esse instrumento não resulta em uma ferramenta protetora plena, mas sim um procedimento de identificação e reconhecimento do bem. Ou seja, o registro por si só não é suficiente para garantir a salvaguarda integral dos bens imateriais, sendo necessário dar continuidade no desenvolvimento de outras estratégias e metodologias, como o plano de salvaguarda. Este documento é um instrumento voltado para a gestão dos bens culturais, que organiza de maneira estratégica as iniciativas voltadas para a sua preservação e sustentabilidade. Nos museus, a elaboração dessa ferramenta é também bastante presente, onde são definidos objetivos voltados para a salvaguarda em diferentes prazos, sendo eles curto, médio e longo, com o propósito de manter as ações constantes. Importante destacar que o plano deve estar integrado com outras políticas públicas, o que garante uma atuação mais articulada. De acordo com o Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda (BRASIL, 2022), devem ser elaborados em conjunto com os detentores, tendo como principal diretriz a gestão compartilhada do patrimônio imaterial.

Em relação ao Choro, já existe um documento com indicações para a elaboração do plano de salvaguarda, o dossiê técnico intitulado *“Instrução Técnica do Processo de Registro do Choro Como Patrimônio Cultural do Brasil”*, que traz recomendações pautadas em três eixos, são eles: educação, memória e produção, que se fundamentam a partir da valorização das



comunidades locais, no reconhecimento da diversidade de práticas e repertórios, além da identificação das demandas a partir das especificidades de cada região (IPHAN, 2023). Com isso, compreendemos que é preciso manter a ponte do diálogo entre detentores, pesquisadores e o Iphan no momento atual.

Nesse contexto, o conceito de educação patrimonial está diretamente ligado às relações que estão sendo estabelecidas e ações realizadas entre as comunidades envolvidas com o Choro. Mas por que trazer a educação patrimonial para a discussão sobre a temática e o processo de salvaguarda? A educação patrimonial não está apenas direcionada às atividades realizadas em salas de aula, o que abrange outros espaços de trocas, sendo formais ou informais. É também um processo contínuo e sistemático, que está voltado para a formação crítica a partir do contato com o patrimônio, compreendido em sua diversidade tipológica, sentidos e significados. Tem como objetivo promover a apropriação e identificação da herança cultural pelos indivíduos e comunidades, atuando como incentivador da construção da memória coletiva e individual. De acordo com Horta (1999), a educação patrimonial atua como instrumento de alfabetização cultural, permitindo a leitura crítica das questões voltadas para o meio sociocultural, fortalecendo também o diálogo entre instituições responsáveis pela preservação e as comunidades. Ou seja, no âmbito de atuação do projeto de pesquisa, que também envolve a Base de Dados, está sendo promovido a educação patrimonial no sentido de oportunizar o acesso às informações sobre o Choro e estabelecer relações de trocas de saberes, resultando em um aprendizado mais dinâmico e horizontal para ambas as partes.

Dando continuidade a essa reflexão, podemos aproximar a discussão para o campo Museológico, especialmente no que se refere à gestão de acervos, como ferramenta para a salvaguarda de bens culturais imateriais. Nas últimas décadas, houve uma ampliação significativa na atuação do campo museal, onde tradicionalmente era associada ao patrimônio material, voltada para objetos, documentos e coleções. Foram incorporadas abordagens que levam em consideração os processos, saberes e práticas que constituem o patrimônio imaterial. Nesse sentido, a gestão de acervos museológicos não se limita à conservação física dos objetos, mas também compreende a documentação, organização, mediação e ativação de memórias coletivas/individuais e práticas culturais vinculadas a esses bens culturais. Autores bem presentes na área, como Mário Chagas e Tereza Scheiner, contribuem para essa ampliação



conceitual ao trazerem a discussão para uma Museologia socialmente engajada, que valorize as pessoas e seus saberes como parte fundamental dos processos museológicos.

Segundo Scheiner (2013), a gestão de acervos deve ser pensada a partir de um olhar interdisciplinar, que integre os contextos em que o bem está inserido, seus significados culturais e os sujeitos envolvidos em sua produção e preservação. No caso do Choro, essa abordagem permite compreender os arquivos sonoros, partituras, instrumentos, documentos históricos e até mesmo os próprios espaços de performance como parte de um arquivo vivo, que precisa de constante atualização, sendo contextualizado e ressignificado a partir das práticas e narrativas dos detentores culturais.

A gestão de acervos, nesse contexto mais amplo, também é um meio de fortalecimento da memória social, que estimula os processos participativos da salvaguarda. Como aborda Chagas et al (2018), a Museologia pode atuar como prática política e cultural que permite criar espaços de escuta, trocas e valorização dos saberes. Isso implica no desenvolvimento de ações que não apenas mapeiam e preservam itens relacionados ao Choro, mas que promovam sua ativação por meio de exposições, oficinas, rodas de Choro e conversa, acervos digitais colaborativos e outras práticas, que podem ser consideradas museológicas, que permitam o acesso democrático e a continuidade dessa expressão cultural.

Por fim, ressalta-se que é necessário continuar pensando em uma gestão de acervos como parte integrante do plano de salvaguarda, estabelecendo diretrizes para a documentação, preservação e difusão dos acervos e saberes relacionados ao Choro.

A Base de Dados como ferramenta de salvaguarda

O que é a Base de Dados Choro Patrimônio?

Como mencionado anteriormente, a Base de Dados do Choro se constitui como um repositório virtual de acesso público, voltado à sistematização e divulgação de informações relacionadas às práticas, acervos, detentores culturais e espaços vinculados ao Choro em todo território nacional. A base foi criada no contexto do processo de instrução do registro como patrimônio cultural imaterial, sendo desenvolvida no site *Wordpress* com o *plugin* Tainacan.

O Tainacan é uma plataforma virtual voltada para a gestão, organização e difusão de acervos, desenvolvida por uma equipe vinculada à Universidade de Brasília (UNB) com apoio



do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e Ministério da Cultura (MINC). O *plugin* permite que pessoas que não possuem formação em áreas de computação e criação de *softwares* possam utilizá-lo como ferramenta para a criação e gerenciamento de coleções voltada para a gestão de acervos no ambiente virtual, o que possibilita dar mais autonomia para as instituições na realização das atividades cotidianas e fruição dos acervos. Portanto, o Tainacan foi desenvolvido com foco no campo da gestão cultural, podendo ser amplamente utilizado por museus, bibliotecas, acervos, arquivos, centros de memória, universidades e outras iniciativas institucionais de todo país. Em relação à base, a escolha pelo *plugin* possibilitou a organização eficiente das informações na prática e também a transparência e acessibilidade, permitindo uma constante atualização, indo ao encontro com os princípios da democratização da informação e salvaguarda colaborativa. Deve-se mencionar que, a base de dados está hospedada no portal Acervos Virtuais, que é um projeto desenvolvido pela Rede de Museus, que faz parte da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) da Universidade Federal de Pelotas. O projeto tem como principal objetivo tornar público e acessível os acervos e coleções que fazem parte do patrimônio cultural, sejam eles materiais ou imateriais, vinculados a instituições da Rede de Museus da Ufpel. Busca também documentar, divulgar e valorizar os bens culturais, contribuindo para o fortalecimento dos processos de preservação e gestão vinculados à extensão universitária (ACERVOS VIRTUAIS UFPEL, 2025).

Após o registro oficial do Choro, foi possível identificar novas atribuições e demandas relacionadas à base, compreendendo que não se trata apenas de uma ferramenta de mapeamento mas também uma rede colaborativa que deve se manter em constante atualização. Durante as atividades desenvolvidas no contexto do projeto, além das atribuições voltadas para a inserção de novos itens e procedimentos técnicos da base, foram necessárias desenvolver novas práticas a partir de demandas que estão diretamente ligadas aos processos de salvaguarda.

Como a Base de Dados do Choro funciona?

Antes de adentrar nas atividades desenvolvidas até o momento, é preciso compreender como a base funciona atualmente e qual o seu papel enquanto ferramenta de salvaguarda. A base está organizada em seis coleções principais, são elas: Acervos, Ações de Ensino, Associações e Clubes, Rodas e Locais de Performance, Discografia e Pesquisas/Publicações. Cada coleção possui um eixo temático, disponibilizando registros específicos de documentos



digitalizados e informações sobre músicos, instituições, práticas e eventos relacionados ao Choro. É necessário explicitar que a base não é um repositório no sentido técnico do termo, pois não armazena os objetos em si. Trata-se de uma base de dados, que registra informações sobre os itens catalogados. Um exemplo são as coleções particulares: muitas vezes esses itens são registrados na base, mas não há intenção de doação para alguma instituição, de modo que o que permanece é apenas a informação de que tais objetos existem. Assim, a base contribui para a salvaguarda ao possibilitar o acesso à informação voltada para o Choro. Em relação a submissão de itens, a base segue o caráter colaborativo, disponibilizando formulários através do próprio *site* para que novas informações sejam enviadas diretamente pelos colaboradores. Cada formulário corresponde a uma coleção temática e orienta o preenchimento dos dados com campos específicos, que são chamados de metadados. Após o preenchimento dos formulários, a equipe de trabalho da base realiza a revisão e publicação, porém, mesmo passando por esse processo após envio, essa dinâmica permite dar mais autonomia aos colaboradores na hora de participar ou entrar em contato. Qualquer pessoa que esteja envolvida com o Choro, seja direta ou indiretamente, como músicos, pesquisadores, produtores, educadores e membros de clubes podem participar e submeter itens, a contribuição é livre, gratuita e essencial para manter a base atualizada e representativa, refletindo a diversidade das práticas do gênero em todas as regiões do Brasil.

Atividades em desenvolvimento no projeto

Além da parte da manutenção técnica e das atualizações de itens na base, o projeto vem ampliando suas frentes de atuação por meio de atividades voltadas para a difusão e articulação em rede. Entre as ações diretas em relação da base, estão em andamento a reformulação do *layout* do *site*, que visa melhorias na navegação, organização e acessibilidade do acervo, levando em consideração a experiência dos usuários. Também foram criados perfis nas principais redes sociais virtuais, com o objetivo de ampliar a visibilidade da base e divulgar conteúdos relacionados ao Choro, além de promover também iniciativas de salvaguarda em todo país. Para a divulgação nas redes sociais, estão sendo produzidos materiais gráficos e audiovisuais, que dialoguem com os diferentes públicos, especialmente músicos, pesquisadores e agentes patrimoniais.



Outra atividade importante a ser destacada, foi a realização da capacitação voltada para o preenchimento dos formulários da base. A ideia surgiu a partir da demanda dos pesquisadores e colaboradores do grupo de pesquisa, que identificaram necessidades específicas quanto ao preenchimento, organização dos dados e submissão dessas informações pelas comunidades detentoras. A primeira edição da capacitação ocorreu em dois dias distintos no mês de julho de 2025, de maneira *online* e aberta ao público interessado. Vale mencionar que a atividade, além de tentar suprir as dúvidas do público participante, também serviu como suporte para a equipe da base entender se os formulários e metadados estão funcionando como o esperado.

Sendo assim, a partir dessa análise através do relato dos colaboradores, foi possível identificar algumas questões importantes, tais como: é possível editar os formulários após envio?; como preencher campos abertos de texto longo; como enviar sugestões para o plano de salvaguarda. A realização da capacitação nos permitiu ter acesso aos relatos do preenchimento dos formulário, nos trazendo de maneira mais direta, a visualização da eficácia ou não das fichas catalográficas para a submissão de itens, o que vai de encontro com a manutenção do funcionamento da base.

O projeto também tem se feito presente em eventos acadêmicos e atividades culturais, o que reforça seu papel em relação à educação patrimonial, contribuindo com trocas e conexões acerca da salvaguarda do Choro enquanto patrimônio e a documentação colaborativa. Podemos citar a participação direta da base na “23º Semana Nacional de Museus”, em conjunto com a Discoteca L.C. Vinholes, que proporcionou três atividades voltadas para a fruição dos acervos, ações e discussões sobre o Choro. Com essas atividades, podemos compreender que a Base de Dados do Choro desempenha muito além de seu papel enquanto repositório virtual, possibilitando o desenvolvimento de atividades e articulações que servem como ferramentas dos processos de salvaguarda na prática.

Tanto através do grupo de pesquisa quanto do projeto vinculado à base, são abertas redes de comunicação com os detentores e novos colaboradores, que buscam fortalecer vínculos, estimular novas contribuições e expandir o alcance temático da base.

Com o desdobramento dessas ações, o projeto está em diálogo com representantes do Iphan tais como o Coordenador de Apoio aos Bens Registrados (COABRE) Rafael Bello Klein, ligado à Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), com o objetivo de compreender os procedimentos institucionais



relacionados ao processos e plano de salvaguarda do Choro, com o intuito de criar pontes de divulgação dessas informações para a comunidade. A orientação para os detentores é entrar em contato com a superintendência que corresponde a cada região, com o intuito de esclarecimento de dúvidas, suporte dos direitos que envolvem, principalmente, os chorões e fortalecer vínculos locais.

Em paralelo com a escrita do trabalho aqui apresentado, estão sendo realizadas reuniões com os representantes do Iphan abertas às comunidades e detentores, com o intuito de ampliar a escuta, promover articulações e fortalecer estratégias coletivas para dar continuidade às ações que envolvem o plano de salvaguarda.

Considerações finais

O reconhecimento do Choro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil representa não apenas um marco histórico e simbólico, mas também uma nova etapa de responsabilidades, articulações e a continuação de ações voltadas para a salvaguarda. Ao longo deste trabalho, buscou-se refletir sobre essa nova fase em que o Choro se encontra por meio da experiência prática na Base de Dados Choro Patrimônio, compreendida aqui como uma ferramenta colaborativa, viva e estratégica para a preservação da memória, promoção da diversidade e valorização dos saberes vinculados ao gênero.

A partir da atuação desenvolvida no projeto, foi possível observar que a salvaguarda efetiva de um bem cultural imaterial exige mais do que o reconhecimento institucional formal, onde é necessário criar condições para a participação dos detentores culturais, promover o acesso democrático à informação, incentivar a participação das comunidades e desenvolver políticas públicas de maneira horizontal e sustentável. Nesse contexto, a Base de Dados se destaca não só como instrumento de mapeamento, documentação e mediação cultural, mas também como ferramenta de ativação contínua das práticas que envolvem a construção de memórias e relações com o universo do Choro.

Entretanto, o desenvolvimento do projeto da base também tem enfrentado alguns desafios que impactam diretamente na sua continuidade e alcance. Entre eles, podemos destacar a dificuldade de compor uma equipe interdisciplinar mais ampla, especialmente no que diz respeito aos estudantes e colaboradores das áreas de design, ciência da computação e



comunicação. Ter uma equipe reduzida limita o aprofundamento técnico em etapas importantes, como o aprimoramento do *layout* do *site* e estratégias de difusão. Essa ausência de participantes nos trás a necessidade de ampliação institucional do projeto.

Em relação a gestão de acervos, a Base de Dados Choro Patrimônio tem se consolidado como uma ferramenta prática e efetiva de salvaguarda. Podemos dizer que ela integra os princípios museológicos contemporâneos ao possibilitar não apenas esse mapeamento, como também propiciar a ativação dos bens culturais imateriais por meio da sistematização, acessibilidade e difusão colaborativa. Ao vincular a documentação colaborativa, os saberes e práticas dos detentores culturais, a base funciona como um arquivo vivo que está em constante desenvolvimento, promovendo o fortalecimento da memória social e a construção compartilhada de estratégias de preservação e salvaguarda.

Referências

ACERVOS VIRTUAIS UFPEL. Base de Dados Choro Patrimônio. Pelotas, 2025. Disponível em: <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/choropatrimonio/> Acesso em: 14 jul. 2025.

ACERVOS VIRTUAIS UFPEL. Rede de Museus. Pelotas, 2025. Disponível em: <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br/> Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Manual de elaboração de planos de salvaguarda. Brasília: IPHAN, 2022. 60 p. Publicação em meio eletrônico. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_planos_de_salvaguarda.pdf Acesso em: 14 jul. 2025.

CHAGAS, M.; PRIMO, J.; STORINO, C.; ASSUNÇÃO, P. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. Cadernos de Sociomuseologia, v. 55, n. 11, 13 Jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6364> Acesso em: 20 jul. 2025.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_planos_de_salvaguarda.pdf Acesso em: 21 jul. 2025.



IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Fortaleza. Fortaleza: Iphan, 1997. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>

Acesso em: 14 jul. 2025.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Técnica do Processo de Registro do Choro como Patrimônio Cultural do Brasil. Rio de Janeiro: Iphan, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/DossietcnicodoChoro.pdf>

Acesso em: 14 jul. 2025.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234> Acesso em: 14 jul. 2025.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. Museu, Museologia e a 'Relação Específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. Ciência da Informação, Brasília, v. 42, n. 3, p. —, ago. 2013. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1368> Acesso em: 20 jul. 2025.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. O registro como forma de proteção do patrimônio cultural imaterial . Revista CPC, São Paulo, Brasil, n. 4, p. 40–71, 2007 Disponível em:

<https://revistas.usp.br/cpc/article/view/15606>.. Acesso em: 14 jul. 2025.

